ZERO HORA

Publicado em 29/06/2022 - 05:54

Senado deve avaliar hoje PEC que amplia benefícios sociais federais

Senado deve avaliar hoje PEC que amplia benefícios sociais

Relator vai alterar proposta original para incluir aumento do Auxílio Brasil e do vale-gás, além de uma bolsa-caminhoneiro

A proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis, com ampliação de benefícios sociais, deverá ser apreciada hoje, a partir de 16h, pelo plenário do Senado. O projeto prevê repasses da União para os Estados que baixarem a zero o ICMS sobre diesel e gás de cozinha, mas o relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), já antecipou que o teor será alterado.

Bezerra afirmou que vai incluir um aumento no vale-gás e no Auxílio Brasil e ainda um benefício adicional para caminhoneiros. Ao mesmo tempo, antecipou que deve retirar da PEC a compensação pelo ICMS zero, que traria risco de "insegurança jurídica".

Pela previsão do relator, o custo total da PEC poderia saltar para R$ 34,8 bilhões, contra os R$ 29 bilhões previstos no texto original. O valor ficaria excluído do teto de gastos. O senador iria apresentar o texto substitutivo ontem, mas adiou para hoje, às 9h30min. Se incluir a gratuidade do transporte público aos idosos e a compensação aos Estados que reduzirem para 12% a alíquota do ICMS sobre o etanol, o custo estimado subiria próximo a R$ 54 bilhões.

O governo federal conta com o ingresso de R$ 54 bilhões em receitas extras para compensar o impacto do pacote para turbinar os benefícios sociais até o fim do ano. Deste total, R$ 17 bilhões viriam de pagamento de dividendos pelo BNDES, R$ 26,6 bilhões já depositados pela Eletrobras na operação de privatização e dividendos da Petrobras referentes ao lucro do segundo semestre e de outras estatais. O rombo estimado nas contas federais é de cerca de R$ 65 bilhões no fim de 2022. Bezerra declarou que está atuando com a equipe econômica do governo para tratar das fontes de receita para bancar a proposta.

Mensal

O governo federal acertou o aumento do Auxílio Brasil de R$ 400 para R$ 600 e uma bolsa-caminhoneiro de R$ 1 mil por mês. No caso do vale-gás, passaria a ser mensal, informou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

– Quem recebe um botijão de gás a cada dois meses vai receber um botijão de gás a cada mês – disse Lira, que acompanhou o presidente Jair Bolsonaro em evento de entrega de moradias em Maceió (AL), acrescentando:

– Vamos fazer de tudo para Bolsonaro ter a maior votação proporcional do Nordeste.

São necessários os votos favoráveis de 49 senadores, em dois turnos, para a aprovação de uma PEC. É preciso haver pelo menos três sessões entre os dois turnos, mas os senadores podem optar por pular esse intervalo se quiserem fazer as duas votações no mesmo dia. Se for aprovada nos dois turnos, a PEC vai para a Câmara dos Deputados.

Legislação em debate

VALOR FIXO DE COBRANÇA

• Os deputados federais aprovaram em outubro passado projeto que determina valor fixo para cobrança de ICMS sobre o litro dos combustíveis (PLP 11/20). Em resposta, os Estados congelaram o preço sobre o qual é cobrado o ICMS para mostrar que os preços nos postos não deixariam de aumentar

• Jair Bolsonaro sancionou o projeto em março, dando origem à Lei Complementar 192/22. Os governos estaduais fecharam acordo determinando valor fixo sobre o diesel, mas o acerto permitia dar descontos onde a cobrança era menor, caso do RS. O governo federal disse que o acordo desrespeitava a lei, e, em junho, liminar do STF derrubou o regramento dos Estados

TETO DO ICMS

• Em maio, os deputados aprovaram proposta (PLP 18/2022) que impõe teto entre 17% e 18% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Os Estados foram contrários

• Em contraproposta, o Planalto ofereceu cortar os tributos federais sobre gasolina e etanol em troca do apoio ao teto do ICMS. E sugeriu a desoneração do ICMS do diesel, do gás natural e do gás de cozinha, que seria compensada pela União nos valores que deixariam de ser recolhidos da alíquota zero até o novo teto

• Ao aprovar o teto do ICMS, o Senado incluiu no texto medidas de compensação aos Estados, o que foi vetado por Bolsonaro ao sancionar a Lei Complementar 194

PEC 16/22

• Chamada de PEC dos Combustíveis, a PEC 16/22 prevê a indenização aos Estados pelas perdas da suspensão do ICMS sobre diesel, gás natural e gás de cozinha

• Como não se chega a um consenso no país, governistas passaram a defender o uso dos recursos diretamente em benefício de setores sociais. A cifra seria usada para turbinar o Auxílio Brasil, ampliar o auxílio-gás e criar bolsa mensal aos caminhoneiros

WESLEY ALMEIDA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, DIVULGAÇÃO

Sachsida forneceu potencial do impacto das medidas em andamento

Projeções de preços menores

Em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, apresentou ontem dados que apontam que, com as medidas adotadas pelo governo federal e as propostas aprovadas pelo Congresso, há potencial para redução média de 21% nos preços da gasolina, que passaria dos atuais R$ 7,39 para R$ 5,84, na média nacional.

Durante a apresentação, o ministro admitiu que o efeito das medidas no preço do diesel pode parecer pequeno, mas argumentou que isso ocorre porque os tributos federais já estão zerados. Pelas projeções, o valor do óleo diesel B S-10 passaria dos atuais R$ 7,68 para R$ 7,55 – redução potencial de 1,7% na média dos preços nacionais.

Já o etanol passaria, segundo dados do ministério, de R$ 4,87 para R$ 4,57 – diminuição potencial de 6,1%. Sobre o gás liquefeito de petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha, os números apontam que o preço médio atual de R$ 112,70 passaria para R$ 110,07 – queda de 2,3%. O ministro ressaltou que os tributos federais para o botijão estão zerados permanentemente.

Ao falar sobre a troca de comando da Petrobras, Sachsida afirmou que o grande desafio da estatal no momento é a "gestão".

Andrade assume cargo na Petrobras sem expor planos

O novo presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, o quarto indicado pelo governo Jair Bolsonaro para o cargo em menos de quatro anos, assumiu o cargo ontem sem a tradicional cerimônia de posse. O executivo foi aprovado na segunda-feira pelo conselho de administração da estatal para conselheiro e presidente da companhia.

Além de dispensar o habitual discurso de posse, o ex-secretário de Desburocratização do Ministério da Economia recusou convite do comitê de elegibilidade para uma entrevista formal antes da nomeação, onde poderia expor seus planos para a empresa.

Segundo a Petrobras, "Caio tomou posse no Rio de Janeiro, sede da companhia, em agenda interna". O mandato como conselheiro segue até a realização da próxima assembleia geral de acionistas (ainda sem data agendada) e o de presidente, até o dia 13 de abril de 2023.

Andrade tem experiência limitada no setor de óleo e gás. Antes de assumir a presidência da Petrobras, era integrante do conselho de administração da Embrapa e da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), estatal que administra o óleo lucro da União em campos produtores do pré-sal. Ele substitui José Mauro Coelho, que pediu demissão na último dia 20 de junho após 67 dias no cargo.

"Dinâmica"

A troca se dá em meio a fortes críticas e pressões por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus aliados à alta dos combustíveis neste ano. Os aumentos ameaçam a popularidade de Bolsonaro às vésperas das eleições de outubro, nas quais tentará novo mandato.

Na segunda-feira, Bolsonaro disse que Andrade dará "nova dinâmica na questão dos combustíveis". Para ter sucesso em postergar aumentos para depois das eleições em outubro, como espera o governo federal, o novo presidente da estatal terá de convencer os membros da atual diretoria ou aguardar a renovação completa dos indicados do Planalto ao conselho de administração da companhia, o que pode levar meses.

Missão de Andrade sob constrangimento

O novo presidente da Petrobras dá expediente desde ontem. Só haverá cerimônia de posse após sua confirmação em assembleia geral prevista para o final de julho. Até lá, já começa a cumprir as missões dadas publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro, que afirmou, na semana passada:

– Qual a ideia deste novo presidente da Petrobras? Obviamente, vai trocar seus diretores, não posso ser eleito presidente, tomar posse e não trocar os ministros. E esses novos vão dar uma nova dinâmica, estudar a questão do PPI. Se for o caso, o próprio conselho muda a PPI.

A diretoria tem oito integrantes, boa parte dos quais atuou sob o comando dos três últimos presidentes, Joaquim Silva e Luna, José Mauro Coelho e Fernando Borges, interino entre a renúncia de Coelho e a chegada de Andrade.

Um dos votos contra a escolha de Andrade foi do conselheiro Francisco Petros, que preside o comitê de elegibilidade. Ele escreveu, no voto, conforme ata publicada no site da companhia: "Avalio o candidato sem as aptidões necessárias para o exercício do cargo em vista da interpretação das normas cabíveis". Como Bolsonaro sabe, a mudança da PPI depende do conselho.

Dias antes da renúncia de Coelho, Petros havia sugerido congelamento por 45 dias para buscar, com todos os agentes do mercado e do governo, uma saída "sustentável ao país e às empresas".

GZH

Leia outras colunas em **gzh.com.br/martasfredo**

O que Andrade deve fazer é esticar esse congelamento ao máximo possível, idealmente por três meses, não por acaso o tempo que falta para o primeiro turno da eleição presidencial. A grande incógnita dessa estratégia é o comportamento do mercado de diesel. A Petrobras havia alertado para o risco de escassez desse combustível no segundo semestre, e o temor é compartilhado por vários agentes do mercado no Estado.

No mesmo dia em que Andrade começou a trabalhar, o primeiro de seus antecessores no governo Bolsonaro, Roberto Castello Branco, revelou parte dos pedidos que recebeu do presidente em seu mandato.

À jornalista Ana Flor, da GloboNews e do G1, disse que o "presidente pedia nas mensagens, lá no início de 2021, para baixar o preço dos combustíveis e para ele indicar diretores da Petrobras". São informações que constrangem Andrade em suas missões, exatamente essas.

Castello Branco disse, ainda, que, se tivesse "prevaricado, feito o que ele (Bolsonaro) *queria, eu estaria lá até hoje". Ao afirmar que teria "prevaricado" ao aceitar os pedidos, tipifica o suposto crime que atribui ao presidente. Prevarição é crime típico de funcionário público que consiste em "retardar, deixar de praticar ou praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal".*

O ALVO DA MUDANÇA

- Para reajustar o preço nas refinarias, a Petrobras adota a Paridade de Preços de Importação (PPI), criada em 2016, no governo Temer, por iniciativa de Pedro Parente, então presidente da estatal.
- O objetivo é evitar que a estatal acumule prejuízo por não repassar aumentos de produtos que compra do Exterior.
- A fórmula que é base da PPI da companhia inclui quatro elementos: variação internacional do barril do petróleo – com base no tipo brent, que tem preço definido na bolsa de Londres –, cotação do dólar em reais, custos de transporte e uma margem de lucro que funciona como um seguro contra perdas.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Combustíveis e eleições **Pagina:** 8, 9 e 10

Copyright © Clipclap 2025.